

PROTOCOLO: _____ MATRÍCULA(S): _____

CANCELAMENTO DO CADASTRO DO INCRA

		Sim	Não
1	<p><u>Consta outra prenotação vinculada às matrículas objetos do presente requerimento?</u></p> <p>- A conferência da prenotação deve ser realizada pelo campo “visualizar pendências do imóvel”, na aba de matrículas, quando da conferência inicial, do registro e da conferência final.</p> <p>- Se a resposta for positiva, devemos verificar se os títulos ou procedimentos prenotados impedem a inscrição do ato requerido ou se, não impedindo, qual deve ser inscrito anteriormente.</p> <p>- Caso haja divergência entre as matrículas constantes no requerimento e as matrículas prenotadas no sistema, devemos corrigir a prenotação e anotar a correção manuscritamente no protocolo.</p> <p><u>Fundamento:</u> artigos 11, 12, 174, 182, 186 e 190 da Lei 6.015/1973.</p>		
2	<p><u>Foi apresentado o requerimento para averbação de cancelamento do cadastro de imóvel rural?</u></p> <p>- O requerimento deve indicar a matrícula em que o cancelamento deve ser averbado e ser assinado por um dos detentores de direito real do imóvel, mas não é necessário o reconhecimento de firma.</p> <p><u>Fundamento:</u> artigo 13, inciso II da Lei 6.015/1973 e artigo 616 do Código de Normas da CGJ/SC.</p> <p>- Caso o requerimento seja digital, pode ser assinado por qualquer uma das modalidades de assinaturas eletrônicas.</p> <p><u>Fundamento:</u> artigo 10, parágrafo 2º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c artigo 12 do Provimento 89/2019 do CNJ.</p>		
3	<p><u>Foi apresentado o ofício expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Itapema-SC?</u></p> <p>- O INCRA deve certificar a situação cadastral do imóvel, fazendo, sempre que possível, vinculação à matrícula ou transcrição do imóvel e aos proprietários.</p> <p>- O ofício deve ser apresentado na via original ou em cópia autenticada.</p> <p>- Declaração ou Certidão Cadastral expedida pela Prefeitura Municipal de Itapema-SC indicando o número e a data de criação do cadastro imobiliário do imóvel.</p> <p><u>Fundamento:</u> artigo 250, inciso III da Lei 6.015/1973 e artigo 658 do Código de Normas da CGJ/SC.</p>		
4	<p><u>Consta na matrícula a averbação da reserva legal ou do Cadastro Ambiental Rural - CAR?</u></p> <p>- Caso a resposta seja negativa, devemos noticiar a ausência da reserva legal no mesmo ato do cancelamento e comunicar ao Ministério Público.</p> <p><u>Fundamento:</u> artigo 685, parágrafo 4º e artigo 691 do Código de Normas da CGJ/SC.</p>		
5	<p><u>Os custos foram recolhidos corretamente?</u></p> <p><u>Fundamento:</u> artigo 14 da Lei 6.015/1973 e artigo 4º da Lei Complementar 755/2019.</p> <p>- Os custos serão formados pelos emolumentos, acrescidos dos valores relativos ao Fundo do Reaparelhamento da Justiça - FRJ, ao Imposto Sobre Serviços - ISS e à taxa de cartão, se houver.</p> <p><u>Fundamento:</u> artigo 12, parágrafo 4º, da Lei Complementar 755/2019 e artigo 22 da Lei Complementar 807/2022.</p> <p>- Os emolumentos serão de:</p> <p>- <u>Averbação (sem valor):</u> Serão devidos os emolumentos correspondentes aos valores constantes no artigo 82 da Lei Complementar 755/2019.</p> <p>- <u>Cancelamento de Protocolo:</u> Ocorrendo o cancelamento do protocolo depois da qualificação registral, a requerimento do interessado ou em razão do simples decurso do prazo de prenotação (artigo 205 da Lei 6.015/1973), sem o cumprimento das exigências formuladas, serão devidos os emolumentos relativos ao cancelamento de protocolo.</p> <p><u>Fundamento:</u> Lei Complementar 755/2019.</p> <p>- O FRJ incidirá à razão de 22,73% sobre o valor dos emolumentos.</p> <p><u>Fundamento:</u> artigo 3º-A da Lei 8.067/1990.</p> <p>- O ISS incidirá à razão de 5% sobre o valor dos emolumentos.</p> <p><u>Fundamento:</u> artigo 36 da Lei Municipal 3003/2011.</p> <p>- Caso haja divergência na cotação, devemos alterar os emolumentos no sistema, na aba “custas” e no campo “serviços cadastrados”, e no protocolo impresso, manuscritamente.</p>		
6	<p><u>O procedimento foi qualificado negativamente?</u></p> <p>- A conferência dos documentos deve ser exaustiva e a nota de exigência formulada com a exposição clara e objetiva dos fundamentos da recusa.</p> <p>- O protocolo deve ser “qualificado negativamente” no sistema e encaminhado para a digitalização.</p> <p>- Após o cumprimento das exigências, com base em novas informações e/ou novos documentos, poderá ser formulada nova nota de exigência.</p> <p><u>Fundamento:</u> artigo 198 da Lei 6.015/1973 e artigo 492 do Código de Normas da CGJ/SC.</p>		

Declaro que preenchi o presente roteiro de conferência após analisar o(s) documento(s) apresentado(s) e a(s) matrícula(s) prenotada(s), responsabilizando-me pelas informações inseridas.

Conferência inicial: Data: ____/____/____. Nome: _____. Assinatura: _____